

Violência política cresce em Minas

ELEIÇÕES



VIOLÊNCIA POLÍTICA VOLTA A CRESCER EM MINAS



Boletim trimestral do Observatório da Violência Política e Eleitoral no Brasil mostra que estado se mantém entre os com mais registros de casos no país

BRUNO NOGUEIRA

Os casos de violência política aumentaram 60% no segundo trimestre em Minas Gerais se comparado ao primeiro do ano, de acordo com o boletim trimestral do Observatório da Violência Política e Eleitoral no Brasil (OVPE). A pesquisa realizada desde 2019 pelo Grupo de Investigação Eleitoral (GIEL) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), revela que 8 casos foram registrados no período, três a mais do que na primeira pesquisa deste ano.

O resultado mantém o estado entre os cinco mais violentos politicamente, atrás de São Paulo com 21 casos, Rio de Janeiro e Bahia – empatados com 15 –, e o Ceará, que igualmente registrou oito episódios. No semestre, Minas Gerais registrou 13 casos, o que representa um aumento de 62,5% em relação ao mesmo período no último ano de eleições municipais, em 2020.

Para o pesquisador Miguel Carnevale, coordenador do observatório, os dados mostram o retorno a uma tendência de aumento da violência com a proximidade das eleições, marcadas para 6 de outubro. “A expectativa com base no que observamos em relação aos dois últimos pleitos, 2020 e 2022, é de que esse ano fosse ter números mais elevados do que em 2023, um ano não eleitoral”, disse.

Ele lembra que o primeiro trimestre deste ano foi atípico, com uma queda no número de casos, mas que o grupo não mudou a metodologia de coleta. “Neste trimestre, o que aconteceu foi um retorno à média esperada para o número de casos em anos eleitorais. Não é possível garantir que esse trimestre de julho, agosto e setembro vá registrar um aumento ainda maior, mas é de se esperar que o número de casos se mantenha na mesma linha. Com aproximação das eleições, a violência deve seguir como uma marca pre-

sente da política brasileira”, emendou.

A título de comparação, em Minas Gerais o ano de 2020 registrou 29 casos de violência política, sendo que 21 ocorreram no terceiro e quarto trimestres do ano. Cabe lembrar que as eleições sempre ocorrem no primeiro mês do penúltimo período recortado (outubro), enquanto a campanha eleitoral em si acontece nos três meses anteriores. Em 2022, quando o pleito teve como principal característica a polarização entre Lula (PT) e Bolsonaro (PL), Minas teve 53 casos.

ASSASSINATO

Se tratando das eleições, cinco dos oito casos registrados no segundo trimestre deste ano se referem a cargos municipais, incluindo o assassinato de um ex-vereador da cidade de Orizânia, na Zona da Mata mineira. Além dessa morte, também foi registrado o homicídio do filho da vereadora Rose Oliveira (PT), de Lavras, no Campo das Vertentes, em abril.

Também foram duas agressões no âmbito municipal. Em maio, o pré-candidato a prefeito de Matipó, na Zona da Mata, Gabriel Neto (PL), foi agredido enquanto gravava um vídeo fazendo críticas à administração municipal. Pré-candidata à reeleição em Uberaba, no Triângulo, a prefeita Elisa Araújo (PSD) teve o celular clonado por um ex-vereador e um ex-candidato a vereador que posteriormente foram denunciados pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) – fraudes são registradas como agressão pelo boletim da OVPE, mas a classificação deve mudar nas próximas edições com o acréscimo de tipos de violência política.

Outro caso envolvendo um vereador foi a denúncia feita por Averaldo Pica Pau (PL), de Congonhas, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, que relatou sofrer ameaças dentro da Câmara devido sua atuação em uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). O vereador chegou a requisitar proteção policial.

62,5%

ALTA DE CASOS EM
MINAS NO SEMESTRE
ANTE IGUAL PERÍODO
DE 2020

13

REGISTROS DE
VIOLÊNCIA POLÍTICA
EM CIDADE MINEIRAS
DE JANEIRO A JUNHO

NO BRASIL

No âmbito da política em Brasília, dois casos foram registrados. Primeiro foi o bate-boca entre o deputado federal André Janones (Avante-MG) e o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), que nos corredores da Câmara chegaram a ensaiar uma briga (ameaça) após uma votação no Conselho de Ética. O segundo caso foi a denúncia de agressão feita pelo deputado Rogério Correia (PT-MG) contra o deputado Fêder Mauro (PL-PA), em um episódio onde o bolsonarista teria dado chutes e empurrões no petista.

O último caso registrado é sobre o “sequestro-relâmpago” que a equipe do deputado estadual Noraldino Júnior (PSB) teria sofrido em São Paulo. Na ocasião, um assessor do

parlamentar e um voluntário de uma ONG de defesa animal voltavam de uma missão de auxílio no Rio Grande do Sul quando foram surpreendidos por assaltantes em uma rodovia. Eles foram forçados a fazer transações bancárias e tiveram os aparelhos celulares roubados.

LEVANTAMENTO NACIONAL

O boletim ainda registrou uma explosão de casos pelo Brasil. Foram registrados 128 casos de violência política no trimestre, aumento de 116%. Esse foi o quarto período mais violento da série histórica registrada pelo OVPE. Quase 40% dos casos tiveram como alvo vereadores.

Segundo Miguel Carnevale, os episódios municipais parecem possuir “pouca ou nenhuma” conexão com o embate ideológico. “A grande maioria dos casos não possui contornos claros, mas, à nível federal e estadual, costumamos presenciar a inserção de fatores ligados à polarização, inclusive em atos de violência cometidos pelas próprias lideranças políticas. À nível municipal, nesse último trimestre começamos a ver indícios de influência eleitoral sobre os episódios. Essencialmente, vemos o acirramento de tensões pré-existentes, calcadas em disputas políticas e econômicas”, frisou.

O trimestre ainda teve a primeira condenação de um parlamentar por violência política de gênero no Brasil. O deputado estadual do Rio de Janeiro Rodrigo Amorim (União Brasil) foi sentenciado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) a uma pena de um ano, quatro meses e três dias por ataques contra a vereadora Benny Briolly (Pso), a primeira mulher trans eleita em Niterói. No caso, a pena foi convertida a serviços comunitários e uma multa equivalente a 70 salários mínimos. O parlamentar afirmou que vai recorrer e que a conduta se deu no calor de “intensos debates ideológicos” ■

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política Pagina: 3